

Brasil bate novo recorde de carteira assinada, no rendimento real e na queda de desemprego

O Brasil registrou, em setembro, o menor índice de desemprego desde 2012, com novos recordes também nos níveis de rendimento e de empregos com carteira assinada. A informação é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, divulgada na sexta-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre encerrado em setembro, a taxa de desocupação (ou taxa de desemprego) foi de 5,6%, o menor índice desde o início da série histórica iniciada há 13 anos. Em números, o país tinha 102,4 milhões de trabalhadores ocupados e cerca de 6 milhões desocupados em setembro deste ano. Entre julho e setembro o nível de desocupação no país caiu 0,2 ponto percentual (p.p.) frente ao período abril-junho (5,8%). Em relação ao mesmo trimestre de 2024 (6,4%) a queda foi de 0,8 p.p.

O rendimento real habitual também registrou novo recorde, desde 2012: R\$ 3.507 – valor estável em comparação ao que foi apurado no segundo trimestre do ano e 4,0% maior ao que registrado no terceiro trimestre de 2024.

A quantidade de pessoas com carteira assinada no setor privado também registrou novo recorde e chegou a 39,2 milhões – crescimento com estabilidade em relação ao trimestre imediatamente anterior e alta de 2,7% (mais de 1 milhão de pessoas) em relação ao ano. O total de empregados sem carteira assinada no setor privado (13,5 milhões) ficou estável no trimestre e reduziu em 4,0% (menos 569 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2024.

Com os maiores níveis de pessoas ocupadas e de rendimento médio já registrados desde o início da série histórica da Pnad Contínua (2012), o país alcançou o ponto mais alto já visto em massa de rendimentos: R\$ 354,6 bilhões – patamar que supera em 5,5% (mais R\$ 18,5 bilhões) o montante no ano.

A presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta nacional da CUT, Juvandia Moreira, avalia que o desempenho positivo no mercado de trabalho é resultado de economia aquecida, induzida por políticas públicas. "A queda no desemprego e aumento da criação de empregos formais, desde 2023, são reflexos de investimentos públicos e sociais planejados", refletiu a dirigente. "O acesso ao emprego de qualidade permite que famílias melhorem suas condições de vida, que saiam de situações de vulnerabilidade. Um exemplo disso é revelado em outro dado recente, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, de que mais de 2 milhões de domicílios deixaram o Bolsa Família, entre janeiro e outubro deste ano, por conta do aumento de renda", completou.